

## **Avaliação do uso irracional de medicamentos por moradores de um bairro de Vitória - PE durante a pandemia do novo Coronavírus**

**Evaluation of irrational use of medicines by residents of a neighborhood of Vitória – PE during the new Coronavirus pandemic**

**Evaluación del uso irracional de medicamentos por parte de los residentes de un barrio de Vitória – PE durante la pandemia del nuevo Coronavirus**

Recebido: 21/06/2022 | Revisado: 29/06/2022 | Aceito: 02/07/2022 | Publicado: 12/07/2022

### **Artur Vinícius de Lima Montenegro Costa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0387-4999>

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

E-mail: [arturv1512@gmail.com](mailto:arturv1512@gmail.com)

### **Ketly Rodrigues Barbosa dos Anjos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3166-1384>

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

E-mail: [ketly.rodrigues@hotmail.com](mailto:ketly.rodrigues@hotmail.com)

### **Maria Anndressa Alves Agreles**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3795-9050>

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

E-mail: [anndressa.agreles@ufpe.br](mailto:anndressa.agreles@ufpe.br)

### **Luís André de Almeida Campos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9849-922X>

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

E-mail: [luis.andre@ufpe.br](mailto:luis.andre@ufpe.br)

### **Isabella Macário Ferro Cavalcanti**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7889-3502>

Instituto Keizo Asami (iLIKA), Brasil

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

E-mail: [isabella.cavalcanti@ufpe.br](mailto:isabella.cavalcanti@ufpe.br)

### **Resumo**

Esta pesquisa objetiva analisar o comportamento de moradores de um bairro de Vitória de Santo Antão-PE sobre o uso indiscriminado de medicamentos durante o período da quarentena do SARS-CoV-2. Trata-se de um estudo observacional, transversal, com abordagem qualitativa e quantitativa. Os critérios de inclusão foram maiores de 18 anos residentes no bairro Matriz, do município de Vitória-PE e de exclusão indivíduos não alfabetizados. Um questionário de autopreenchimento foi aplicado de forma presencial, com busca ativa dos participantes. Com os resultados obtidos, é possível verificar um padrão de automedicação na população (66,9%) de perfil sociodemográfico representado por mulheres (66,39%), indivíduos na faixa etária de 21-29 anos (33,60%), pardos (42,32%), nível superior completo (29,04%) e RFM entre 1 e 3 salários-mínimos (42,32%). A classe medicamentosa mais utilizada foi anti-inflamatórios (18,1%). Quase 47% se automedicaram como forma de prevenção ao Coronavírus. 65,60% dos entrevistados entendem os riscos do uso inadequado e 66,14% afirmam que a pandemia impactou na automedicação. O SARS-CoV-2 reacendeu debates e discussões na área da saúde, sendo de suma importância analisar os impactos que a pandemia causou no consumo indiscriminado de medicamentos. Nota-se uma necessidade em desenvolver novas pesquisas sobre esses impactos na população brasileira, bem como estimular a educação em saúde e ao uso racional de medicamentos.

**Palavras-chave:** Automedicação; COVID-19; Medicamentos sem prescrição.

### **Abstract**

This research aims to analyze the behavior of residents of a neighborhood in Vitória de Santo Antão-PE about the indiscriminate use of medicines during the period of the SARS-CoV-2 quarantine. This is an observational, cross-sectional study with a qualitative and quantitative approach. The inclusion criteria were over 18 years old who lived in the Matriz neighborhood, in the city of Vitória-PE and non-literate individuals were excluded. A self-completion questionnaire was applied face-to-face, with an active search for participants who lived in the neighborhood. With the results obtained, it is possible to verify a pattern of self-medication in the population (66.9%) with a sociodemographic profile represented by women (66.39%), individuals aged 21-29 years (33.60%), brown (42.32%), complete higher education (29.04%) and RFM between 1 and 3 minimum wages (42.32%). The most used drug class

were anti-inflammatory drugs (18.1%). Almost 47% self-medicated as a way to prevent coronavirus. 65.60% of respondents understand the risks of inappropriate use and 66.14% say that the pandemic has impacted self-medication. SARS-CoV-2 has reignited debates and discussions in the health area, and it is of paramount importance to analyze the impacts that the pandemic has had on the indiscriminate consumption of medicines. There is a need to develop new research on these impacts on the Brazilian population, as well as to encourage health education and the rational use of medicines.

**Keywords:** Self-medication; COVID-19; Over-the-counter medications.

### Resumen

Esta investigación tiene como objetivo analizar el comportamiento de los residentes de un barrio de Vitória de Santo Antão-PE sobre el uso indiscriminado de medicamentos durante el período de cuarentena por SARS-CoV-2. Se trata de un estudio observacional, transversal, con enfoque cualitativo y cuantitativo. Los criterios de inclusión fueron mayores de 18 años que residían en el barrio Matriz, en la ciudad de Vitória-PE y fueron excluidos los individuos analfabetos. Se aplicó un cuestionario de auto cumplimentación cara a cara, con búsqueda activa de participantes que vivían en el barrio. Con los resultados obtenidos, es posible verificar un patrón de automedicación en la población (66,9 %) con un perfil sociodemográfico representado por mujeres (66,39 %), individuos de 21 a 29 años (33,60 %), pardos (42,32 %), educación superior completa (29,04%) y RFM entre 1 y 3 salarios mínimos (42,32%). La clase de fármacos más utilizados fueron los antiinflamatorios (18,1%). Casi el 47% se automedica como forma de prevención del coronavirus. El 65,60% de los encuestados entiende los riesgos del uso inadecuado y el 66,14% dice que la pandemia ha impactado en la automedicación. El SARS-CoV-2 ha reavivado debates y discusiones en el área de la salud, y es de suma importancia analizar los impactos que ha tenido la pandemia en el consumo indiscriminado de medicamentos. Existe la necesidad de desarrollar nuevas investigaciones sobre estos impactos en la población brasileña, así como fomentar la educación en salud y el uso racional de medicamentos.

**Palabras clave:** Automedicación; COVID-19; Medicamentos de venta libre.

## 1. Introdução

Medicamento, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), é um produto farmacêutico que pode ser elaborado ou tecnicamente obtido, com finalidade profilática, paliativa ou curativa. Nesse contexto, os medicamentos, ao longo dos anos, desempenharam um papel imprescindível como recurso terapêutico na abordagem clínica e preventiva de diversas enfermidades. No entanto, os benefícios da farmacoterapia são observados se houver a prescrição adequada no que diz respeito à dose, forma farmacêutica, segurança, efetividade, indicação adequada para determinada doença, dentre outros fatores que podem ser analisados pelo profissional farmacêutico (Melo & Pauferro, 2021).

Ainda assim, os medicamentos são um dos principais responsáveis por intoxicações no Brasil desde o ano de 1994 e, segundo dados mais recentes do Sistema Nacional de Informações Toxicológicas (SINITOX), o país obteve mais de 150.000 casos notificados entre os anos de 2008 a 2013 (Nunes et al., 2017). Um dos principais fatores que contribuem para esse número elevado é a prática da automedicação (ATM). Entende-se por automedicação a seleção de medicamentos por pessoas para tratar doenças autodiagnosticadas ou sintomas menores, sem uma prescrição ou orientação de um profissional da saúde. Nesse sentido, a orientação profissional é substituída inadvertidamente por sugestões de medicamentos provenientes de pessoas não habilitadas, entre estas familiares, amigos ou por influência dos meios digitais (Matos et al., 2018).

A automedicação, mesmo sendo caracterizada por alguns especialistas como uma prática comum de autocuidado, é considerada um dos fatores de risco para Problemas Relacionados aos Medicamentos (PRMs), podendo impactar e agravar o estado de saúde do indivíduo, desencadeando efeitos adversos severos e/ou interações medicamentosas que comprometem a eficácia do tratamento (Lima, et al., 2020).

O perfil do consumo de fármacos varia de acordo com o sexo, idade, condições de acesso à saúde, escolaridade, questões socioeconômicas e demográficas, ou seja, o consumo de medicamentos é condicionado tanto por fatores farmacológicos como também por aspectos socioantropológicos (Vosgerau et al., 2011). Assim, o consumo excessivo e inadequado está diretamente relacionado ao uso irracional de determinados medicamentos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define que o uso é considerado irracional quando o paciente recebe um medicamento que não condiz com a sua necessidade clínica, com posologias incorretas ou durante um período de uso inadequado (OMS, 1998).

Ademais, destaca-se que um dos fatores mais impactantes no uso irracional de fármacos são indivíduos que se automedicam, usam antibióticos de forma inadequada ou que praticam a polifarmácia, isto é, o uso concomitante de quatro ou mais medicamentos por um paciente com ou sem prescrição médica (Stefano et al., 2017). Estudos revelam que os indivíduos que mais utilizam medicamentos potencialmente inapropriados são idosos entre 60 e 74 anos. Soma-se isso ao fato desse grupo etário estar diretamente relacionado à polifarmácia, o que aumenta o risco de Reações Adversas a Medicamentos (RAM) de três a quatro vezes (Secoli, 2010 & Cassoni et al., 2014). Além disso, indivíduos idosos tendem a apresentar modificações fisiológicas que podem afetar a eficácia da resposta ao tratamento medicamentoso, gerando risco de desencadear aumento dos efeitos adversos (Farias et al., 2021).

Dessa forma, ao analisar o panorama mundial frente à pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), observa-se que o surto reacendeu uma série de discussões sobre a automedicação. O Ministério da Saúde, em 27 de março de 2020, informou que alguns medicamentos poderiam ser utilizados como adjuvantes no tratamento de quadros clínicos graves (Menezes et al., 2020). A partir disso, com o apoio das mídias atuais, boa parte da população buscou consumir de maneira errônea e exacerbada estes fármacos. Pouco tempo depois, a ANVISA os incluiu como medicamentos de controle especial, com o objetivo de minimizar o uso irracional e a automedicação desses indivíduos (Silva & Araújo, 2020).

Percebe-se, portanto, que o período da quarentena, o aumento de mortes e a infodemia provocada pelo SARS-CoV-2 tornou-se um estopim para a prática da automedicação. O medo, a insegurança e a desinformação contribuem para o aumento do uso irracional e excessivo (Menezes et al., 2020).

## 2. Metodologia

Trata-se de um estudo observacional, transversal, com abordagem qualitativa e quantitativa, sem intervenção por parte do pesquisador na característica do participante (Estrela, 2018). A pesquisa foi realizada através de um questionário manual de autopreenchimento durante uma entrevista com os moradores que residem no bairro selecionado (Matriz), do município de Vitória de Santo Antão. A escolha do questionário de autopreenchimento presencialmente foi feita com o propósito de facilitar o acesso da comunidade do bairro da matriz ao projeto, tendo em vista a possível dificuldade do público-alvo em utilizar metodologias virtuais e tecnológicas, como questionário eletrônico, por exemplo. Para isso, todas as medidas e os protocolos de proteção contra o SARS-CoV-2 foram seguidos adequadamente. Como critério de inclusão, têm-se indivíduos que residiam no bairro Matriz, do município de Vitória de Santo Antão - PE, e eram maiores de 18 anos. Como exclusão, indivíduos não alfabetizados.

A cidade de Vitória de Santo Antão tem uma população estimada para 2020 de 139.538 pessoas distribuídas entre seus bairros. O bairro Matriz possui cerca de 5400 moradores. Dessa forma, com nível de confiança de 95% e com erro amostral de 5%, considerando uma população heterógena num parâmetro de 50/50, calculou-se uma amostra de 359 participantes.

O procedimento para coleta de dados foi realizado de forma presencial, com a disponibilização de um questionário de autopreenchimento a ser respondido pelo participante, assim como o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Esses documentos foram entregues nas residências dos próprios participantes situados no bairro escolhido para realização da pesquisa. Os voluntários receberam informações sobre a pesquisa, como por exemplo, objetivo, riscos e benefícios. Receberam também o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Esses termos foram devolvidos ao pesquisador após a assinatura dos mesmos pelos respectivos participantes da pesquisa. Na entrega dos termos aos voluntários, o pesquisador esclareceu o direito de rejeitar sua participação em todo processo, o caráter sigiloso das informações e os fins da pesquisa. Assim, o pesquisador retornou em outro dia nas mesmas residências para receber os questionários respondidos, assim como o termo devidamente assinado. É importante destacar que o pesquisador seguiu todos os critérios estipulados pelo Ministério da Saúde

em relação à prevenção da COVID-19, utilizando máscara, álcool em gel e protetor facial durante toda etapa da coleta de dados.

Para a coleta das informações necessárias, um único questionário de autopreenchimento foi estruturalmente dividido em três partes. A primeira parte foi composta de perguntas que definem o perfil sociodemográfico do entrevistado (gênero, faixa etária, raça, escolaridade e renda familiar mensal). A segunda parte do questionário foi um levantamento do uso de fármacos pelo entrevistado durante o período da quarentena provocada pela COVID-19, obtendo informações sobre o tipo do fármaco utilizado, bem como a frequência de seu uso associado à prática da automedicação, além da necessidade e a razão do indivíduo em optar pela automedicação, abordando questões mais subjetivas.

A última etapa do questionário coletou informações sobre aspectos relacionados ao conhecimento do entrevistado no que diz respeito aos riscos à saúde provocados pelo uso irracional e indiscriminado de medicamentos, por meio de perguntas gerais. O voluntário pôde optar por receber os resultados do projeto da pesquisa por telefone, e-mail ou presencialmente, marcando a opção escolhida no questionário de forma que facilite seu acesso aos resultados dos dados coletados. Além disso, eles foram aconselhados sobre as boas condutas de uso dos medicamentos. Os dados coletados por meio do questionário passaram primeiro por uma etapa de seleção, na qual foram verificadas minuciosamente as informações obtidas, com uma análise quantitativa através de técnicas matemáticas, como a porcentagem (Pereira et al., 2018). Em seguida, os dados foram avaliados através de métodos comparativos, utilizando-se ferramentas que auxiliaram na representação do processo, como gráficos, tabelas e/ou diagramas realizados pelo programa Microsoft Excel. Foi estabelecido, portanto, relações que contribuam para a interpretação dos resultados obtidos com as informações presentes na teoria, possibilitando uma análise detalhada das respostas obtidas pelo questionário.

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado sob o Parecer Consubstanciado Nº 4.663.617. Os pesquisadores se comprometeram a cumprir os requisitos presentes na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados e materiais coletados, exclusivamente para os fins da pesquisa. A coleta de dados só foi iniciada após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética desta Unidade de Ensino.

### **3. Resultados e Discussão**

Foram analisados 360 questionários coletados. Em relação aos dados sociodemográficos, percebe-se que a maioria dos participantes foi composto por mulheres com 223 amostras (61,9%), enquanto os homens representaram 38,1% do total com 137 respostas obtidas.

A faixa etária da população estudada foi bastante variada (Tabela 1), com o intervalo de 21 a 29 anos obtendo 99 das 360 respostas, representando 27,5% da população. Além disso, a faixa entre 41 a 59 anos apresentou a segunda maior quantidade de respostas, com 98 (27,2%). Logo depois, o intervalo de 30 a 40 anos apresentou 60 respostas (16,6%). Na sequência, obteve-se 47 idosos (13,05%) entre 60 e 70 anos e 28 participantes (7,7%) com idades acima de 70 anos, mesma quantidade de jovens entre 18 e 20 anos (7,7%).

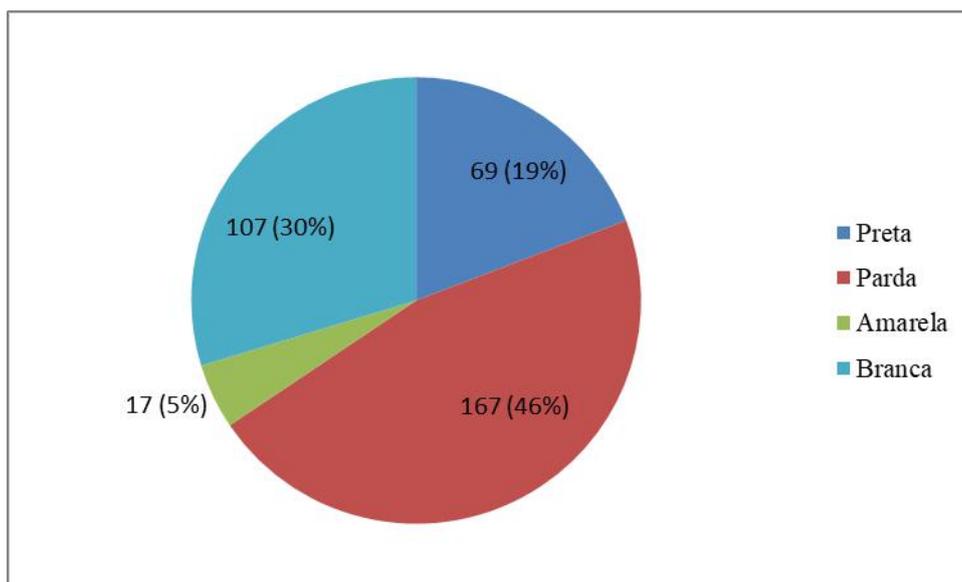
**Tabela 1** – Faixa Etária da população estudada.

Faixa Etária	Números	Porcentagem (%)
18-20	28	7,70
21-29	99	27,50
30-40	60	16,60
41-59	98	27,20
60-70	47	13,05
Acima de 70	28	7,70

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto à raça declarada pelos próprios participantes da pesquisa, 167 indivíduos declararam-se pardos, representando 46,74% do total da população estudada, 107 (29,7%) participantes se declararam brancos, enquanto 69 se consideram pretos e 17 amarelos (Figura 1).

**Figura 1** – Raça declarada pela população estudada.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No que diz respeito ao último grau de escolaridade obtido pelos participantes da pesquisa (Tabela 2), 31 indivíduos (8,61%) apresentam o grau máximo de escolaridade disponível no questionário (Pós-Graduação) enquanto apenas um único participante (0,27%) apresenta o grau mínimo disponível (Alfabetização).

Ao analisar de forma geral, percebe-se que o Nível Superior, tanto incompleto como completo, predomina na pesquisa com 100 (27,77%) e 78 (21,66%) respostas, respectivamente. Logo depois, com quantidades próximas, tem-se o Ensino Médio Completo (16,66%) e o Fundamental Incompleto (16,38%).

**Tabela 2** – Grau de Escolaridade da população estudada. N = 360.

Grau de Escolaridade	Números	Porcentagem (%)
Alfabetização	1	0,27
Ensino Médio Incompleto	9	2,50
Fundamental Completo	22	6,11
Pós-graduação	31	8,61
Fundamental Incompleto	59	16,38
Ensino Médio Completo	60	16,66
Nível Superior Completo	78	21,66
Nível Superior Incompleto	100	27,77

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação à Renda Familiar Mensal (RFM) dos participantes da pesquisa (Tabela 3), o intervalo de 1 a 3 salários-mínimos foi o mais expressivo, com 156 respostas, representando 43,3% da população estudada. Noventa e quatro (26,1%) indivíduos apresentam entre 3 e 6 salários-mínimos, enquanto 61 (16,9%) possuem até 1 salário-mínimo. Ademais, a renda entre 6 e 9 salários-mínimos apresentou 28 (7,8%) respostas, enquanto acima de 9 salários-mínimos obteve 19 (5,3%). Apenas dois participantes não apresentam renda mensal, representando 0,6% da população total.

**Tabela 3** – Renda Familiar Mensal da população estudada. N = 360.

Renda Familiar Mensal	Números	Porcentagem (%)
Nenhuma renda	2	0,6
Até 1 salários-mínimos	61	16,9
Entre 1-3 salários-mínimos	156	43,3
Entre 3-6 salários-mínimos	94	26,1
Entre 6-9 salários-mínimos	28	7,8
Acima de 9 salários-mínimos	19	5,3

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quando questionado sobre apresentar ou não Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNT), 210 participantes revelam não ter DCNT (58,33%) enquanto 150 marcaram uma ou mais das opções disponíveis (hipertensão, diabetes, asma, depressão e outros), indicando que estão apresentando ou já apresentaram em algum momento da vida uma DCNT (41,66%).

Dentre as opções de DCNT expressas na pergunta (Tabela 4), hipertensão foi a condição mais marcada pelos participantes com 78 respostas, o que representa 42,85% do valor total de respostas assinaladas por indivíduos que afirmaram ter alguma DCNT (150 participantes, 182 respostas). Diabetes foi a segunda condição mais assinalada, com 52 respostas (28,57%). Depressão e asma obtiveram 26 (14,28%) e 5 (2,74%) respostas, respectivamente. Vinte e uma pessoas apresentaram alguma outra doença crônica, representando 11,53% da população.

Sato et al. (2017) demonstraram um resultado semelhante em sua pesquisa que, dentro de uma amostra com pouco mais de cinco mil participantes, aproximadamente 35% apresentavam alguma DCNT, sendo a maioria idosos e adultos. Este achado vai ao encontro a outro resultado presente na pesquisa, tendo em vista que 65 dos 150 participantes com alguma DCNT eram idosos, representando 43,33% desse grupo específico. No mesmo estudo citado anteriormente, foi visto que as doenças crônicas mais presentes são diabetes e distúrbios cardiovasculares, como a hipertensão.

**Tabela 4** – Total de Doenças Crônicas Não Transmissíveis marcadas entre 150 participantes.

DCNT	Números	Porcentagem (%)
Hipertensão	78	42,85
Diabetes	52	28,58
Asma	5	2,74
Depressão	26	14,28
Outro	21	11,53

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A partir dos dados obtidos, traçou-se uma correlação entre os participantes que apresentam alguma DCNT com o total de indivíduos que se automedicaram durante o período da pandemia, isto é, 241 participantes conforme expresso na Tabela 7. Dessa forma, foi possível observar que 85 entrevistados que usaram medicamentos por conta própria durante o período indicado apresentam alguma doença crônica, isso equivale a 35,26% da população que se automedicou (Tabela 5).

Um estudo realizado por Malta et al. (2021) durante a pandemia da COVID-19 identificou que 34% da população estudada apresentou alguma DCNT, sendo mais elevada em populações com baixa escolaridade. Além disso, a pesquisa informa que os indivíduos obtiveram dificuldades no acesso aos serviços de saúde, o que acaba dificultando na adesão ao tratamento e possibilitando o surgimento do uso irracional de medicamentos.

**Tabela 5** – Correlação de indivíduos com DCNT que se automedicaram durante a pandemia da COVID-19. N = 241.

Variável	Números	Porcentagem (%)
<b>DCNT</b>		
Sim	85	35,26%
Não	156	64,73%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Sabe-se que muitos brasileiros não fazem o uso adequado de medicamentos direcionados ao tratamento de variadas doenças. A pesquisa de Santos et al (2014) sobre a adesão a farmacoterapia de pacientes do estado de Sergipe mostrou que apenas 15% dos pacientes com DCNT apresentavam boa adesão ao tratamento medicamentoso. Além disso, o esquecimento e o não cumprimento da prescrição (com dose, horários e duração do tratamento) foram as principais condutas observadas no estudo.

A Tabela 6 demonstra os resultados obtidos pela pesquisa ao serem questionados sobre o tratamento medicamentoso das DCNT assinaladas em uma pergunta anterior. Nota-se que, das 155 respostas obtidas entre os 150 participantes que apresentam alguma DCNT, 77 respostas (49,67%) afirmam usar corretamente o medicamento indicado para uma das condições marcadas, respeitando a posologia e os horários prescritos pelo médico.

Por outro lado, a opção que indica não estar sendo utilizado o medicamento necessário obteve 30 respostas (19,35%). As demais opções indicam que o indivíduo está sim fazendo o uso do medicamento específico, mas com o manejo e administração medicamentosa inadequada. Vinte e quatro participantes afirmam não usar regularmente o medicamento prescrito (15,5%) enquanto 19 responderam que utilizam nos horários que convém (12,23%). Além disso, cinco (3,25%) indivíduos marcaram que utilizam o medicamento em doses diferentes da prescrita pelo médico. Assim, pode-se considerar, portanto, um uso indiscriminado de medicamentos considerável entre a população estudada.

Indivíduos com doenças crônicas foram inseridos nos grupos de risco durante a pandemia do SARS-CoV-2. Em Pernambuco, no período de março a maio de 2020, foi verificado que a hipertensão esteve em 26,45% das doenças de base do total de óbitos no estado, enquanto o diabetes mellitus apresentou 19,74% (Santos et al., 2021). Assim, a prática da

automedicação pode exercer um efeito negativo nos pacientes portadores de DCNT, principalmente quando atrelado aos demais medicamentos utilizados para tratamento da condição, gerando a chamada polifarmácia.

Uma pesquisa acerca da sobrevivência de idosos ao longo de cinco anos com a prática da polifarmácia, isto é, utilizando mais de três medicamentos, verificou que essa prática foi considerada um fator de risco para os óbitos da população, com 57% de *hazard ratios* nos indivíduos que fizeram uso de 4 medicamentos ao menos (Romano-Lieber et al., 2019).

Além disso, sabe-se que o uso indiscriminado de medicamentos pode gerar uma série de riscos à saúde do paciente, principalmente quando se há um caso de intoxicação. No intervalo de 2010 a 2017 foram notificados cerca de trezentos mil casos de intoxicação causada por medicamentos, representando mais de 50% do total de intoxicações do período (Andrade et al., 2020). Os principais fatores relacionados aos casos de intoxicações medicamentosas são justamente erros relacionados com a prescrição e ao uso indiscriminado de medicamentos, como a utilização de doses errôneas, exposições acidentais e o próprio ato de se automedicar (Gonçalves et al., 2017).

**Tabela 6** – Conduta medicamentosa dos participantes que apresentaram alguma doença crônica.

Pergunta	Números	Porcentagem (%)
<b>Você tem tomado corretamente o medicamento indicado e específico para sua condição? N = 155</b>		
Sim, porém tomo em doses diferentes da prescrita pelo médico	5	3,25
Sim, mas uso nos horários que me convém	19	12,23
Sim, mas às vezes esqueço de toma-lo	24	15,5
Não estou tomando o medicamento necessário	30	19,35
Sim, uso corretamente da forma como foi prescrita pelo médico	77	49,67

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação ao conhecimento dos participantes sobre a denominação ‘‘automedicação’’, 308 (85,5%) responderam saber do que se trata a palavra, enquanto 52 indivíduos afirmaram que a desconhecem (14,5%). Um resultado não tão distante da pesquisa realizada por Pitta et al. (2021), onde 95,5% dos entrevistados sabiam o significado de automedicação.

Dos 360 participantes, 266 responderam que já haviam feito a prática da automedicação em algum momento antes da pandemia provocada pelo novo Coronavírus, representando 73,9% da população estudada. Outros estudos também relataram essa automedicação, mesmo antes da pandemia. No trabalho de Barbosa e Resende (2018) foi verificado que 100% dos entrevistados se automedicaram em algum momento. Já a pesquisa de Oliveira et al. (2018), obteve como resultado o fato de que 80,6% dos entrevistados realizaram automedicação. Torna-se evidente que a prática da automedicação já estava fortemente presente em diferentes lugares do Brasil antes mesmo da chegada do SARS-CoV-2.

Quando questionados sobre o uso por conta própria de algum medicamento durante a pandemia da COVID-19, 241 (66,9%) revelam que se automedicaram no período indicado, enquanto 119 (33,1%) não. Resultado parecido ao obtido por Andrade et al. (2021), onde verificou-se que 54,54% dos entrevistados se automedicaram no período da pandemia.

**Tabela 7** – Levantamento sobre o conhecimento e adoção da automedicação na população estudada N = 360.

Perguntas	Total de Respostas	Porcentagem (%)
<b>Você sabe o que é automedicação?</b>		
Sim	308	85,60
Não	52	14,40
<b>Antes da Pandemia da COVID-19, você já fez uso da automedicação?</b>		
Sim	266	73,9
Não	94	26,1
<b>Durante a Pandemia você tomou algum medicamento por conta própria?</b>		
Sim	241	66,95
Não	119	33,05

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para traçar o perfil dos indivíduos que fizeram uso da automedicação durante a pandemia no bairro escolhido, foi necessário realizar uma relação entre essa população específica de 241 participantes e as variáveis sociodemográficas (gênero, idade, raça, escolaridade e renda familiar mensal). (Tabela 8).

Verificou-se, portanto, que 160 (66,39%) mulheres consumiram medicamentos por conta própria durante pandemia, já os homens representaram 33,6% com 81 respostas. Esses resultados vão ao encontro aos estudos de Pitta et al. (2021) e Andrade et al. (2021), cujo gênero predominante em relação à automedicação foi o feminino. Esse resultado pode ser explicado pelo fato das mulheres apresentarem um maior cuidado em relação à saúde, além do fato de tenderem a buscar mais cuidados preventivos em relação aos homens (Bertoldi et al., 2014).

Em relação à faixa etária, percebe-se um predomínio da automedicação no intervalo de 21 a 29 anos, com 33,60%. Logo depois, os indivíduos entre 41 e 59 anos aparecem em maior quantidade, representando 29,04% da população. Na literatura, há certas divergências entre os resultados dos estudos encontrados tendo em vista a dificuldade de traçar uma relação sólida entre a automedicação e a idade. No estudo de Pitta et al. (2021), a faixa etária mais predominante foi entre 40-59 anos tanto em relação à prevenção como ao combate contra a COVID-19.

Já Leal et al. (2021) obteve como maioria das respostas indivíduos dos 40 aos 87 anos. Enquanto a pesquisa de Andrade et al. (2021) apresentou um resultado expressivo entre os indivíduos de 17 a 21 anos. Dados mais parecidos aos encontrados no nosso estudo. Essa variação da faixa etária dos estudos pode estar relacionada com questões como a quantidade de amostras, o tipo específico da população estudada e o local onde foi realizada a pesquisa.

Sobre a raça autodeclarada pelos participantes, os pardos representam 42,32% dos habitantes que praticaram automedicação na pandemia. Autodeclarados brancos aparecem em segundo lugar, com 31,95%. A pesquisa de Pitta et al. (2021), demonstrou que 21,93% da população que se automedicou com o intuito de prevenção à COVID-19 eram pardos. Um fator que pode evidenciar a discrepância referente aos resultados dos estudos é o fato da pesquisa de Pitta abranger outras regiões do Brasil, não somente o Nordeste. Além disso, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 os pardos representavam cerca de 53,3% da população étnica de Pernambuco, o que endossa os resultados da presente pesquisa. No entanto, não há na literatura qualquer associação sólida entre a automedicação nesse grupo étnico específico.

Sabe-se que uma renda familiar mensal baixa pode apresentar interferências e dificultar o tratamento farmacológico de um indivíduo devido à falta de acesso ou a não aquisição dos medicamentos necessários à farmacoterapia adequada (Ferreira & Batista, 2018). Soma-se isso ao fato da pandemia da COVID-19 ter desencadeado uma elevação nas taxas de

desemprego do país, provocando grandes prejuízos financeiros ao estilo de vida dos brasileiros. Dados do IBGE reforçam essa informação ao apontar que o número de desempregados no Brasil durante o ano de 2020, isto é, no ano da pandemia, foi de 13,4 milhões de pessoas. Todavia, ainda assim, quase metade dos participantes que se automedicaram durante a pandemia apresentaram uma renda familiar mensal de 1 a 3 salários-mínimos (42,32%), mesmo com esses percalços.

Ressalta-se, no entanto, que não foi possível constatar a forma de aquisição dos medicamentos utilizados na automedicação, isto é, farmácias, drogarias, estoque próprio ou pelo SUS, sendo impossível inferir o impacto da RFM no consumo e no ato de se automedicar. De todo modo, uma pesquisa realizada em 2018 pela Confederação Nacional dos Dirigentes Logistas (CNDL) mostrou que os consumidores das classes C e D preferem comprar medicamentos genéricos, principalmente devido ao menor custo quando comparados aos medicamentos de referência, representando 67,6% dos entrevistados.

**Tabela 8** – Perfil sociodemográfico da população que se automedicou durante o período da pandemia frente às variáveis estudadas. N = 241.

Variáveis	Números	Porcentagem (%)
<b>Gênero</b>		
Feminino	160	66,39
Masculino	81	33,60
<b>Faixa Etária</b>		
18-20	15	6,22
21-29	81	33,60
30-40	30	12,44
41-59	70	29,04
60-70	30	12,44
Acima de 70	15	6,22
<b>Raça Declarada</b>		
Pardos	102	42,32
Branços	77	31,95
Pretos	52	21,57
Amarelos	10	4,14
<b>Escolaridade</b>		
Alfabetização	1	0,41
Ensino Médio I.	9	3,73
Fundamental C.	15	6,22
Pós-graduação	15	6,22
Fundamental I.	35	14,52
Ensino Médio C.	44	18,25
Nível Superior I.	52	21,57
Nível Superior C.	70	29,04
<b>RFM</b>		
Nenhuma renda	2	0,82
Até 1 salário-mínimo	40	16,59
1-3 salários-mínimos	102	42,32
3-6 salários-mínimos	74	30,76
6-9 salários-mínimos	15	6,22
Acima de 9 salários-mínimos	8	3,31

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os 241 participantes que confirmaram o uso da automedicação durante a pandemia responderam três perguntas em sequência sobre as classes medicamentosas mais utilizadas (Gráfico 2), da frequência de uso de tais medicamentos durante a pandemia (Tabela 9) e, por fim, sobre os motivos, razão ou necessidade que os fizeram optar pela automedicação (Tabela 10).

Em relação às classes medicamentosas utilizadas durante a pandemia, vê-se a predominância dos anti-inflamatórios com 103 respostas, representando 18,1% da população. Sendo seguido por antibióticos (17,6%), antiparasitários (16,9%), ansiolíticos (8,3%), antialérgicos (8,2%), antivirais (5,9%), anestésicos (5,3%), antidepressivos (5,2%), antiácidos (5,0%), antiasmáticos (2,0%), antieméticos (0,9%), estimulantes do apetite (0,5%) e anti-hipertensivos (0,2%). Vinte e dois participantes marcaram a opção “Outro(s)” (3,9%) enquanto 6 afirmam não saber ou não lembram do medicamento utilizado (1,1%).

Apesar dos anti-inflamatórios serem os mais utilizados entre os participantes da pesquisa, com 18,1% do total de respostas, nota-se uma tendência no consumo elevado dessa classe medicamentosa no Brasil antes mesmo da chegada da pandemia em 2020. Isso foi expresso no trabalho de Noronha et al. (2021), onde 94% dos entrevistados responderam que se automedicavam com a classe farmacológica em questão nos 6 meses que antecederam a pesquisa na drogaria de uma cidade de São Paulo, em 2019.

O estudo realizado em idosos de Porto Alegre por Ely et al. (2015) demonstrou que 67,9% dos participantes fizeram uso de paracetamol, um medicamento isento de prescrição, por conta própria. Tais números podem ser justificados pelo fato da maioria dos anti-inflamatórios serem considerados MIPs e, portanto, utilizados com frequência no tratamento de dores e outros sintomas considerados simples (Silva et al., 2021). É importante frisar que esses sintomas gerais foram vistos frequentemente em indivíduos durante a pandemia da COVID-19, contribuindo, dessa forma, para a automedicação durante o período indicado. Assim, diante do aumento do consumo de paracetamol, a ANVISA emitiu uma nota em 2021, alertando sobre os riscos do uso indiscriminado do paracetamol, sendo a hepatite medicamentosa umas das principais consequências relacionadas ao seu uso. Dados trazidos na pesquisa de Farias (2021) corroboram com o fato da automedicação de MIPs trazer consequências à saúde do consumidor. Segundo a mesma autora, o paracetamol (um anti-inflamatório não esteroide de venda livre) foi responsável por cerca de 68% dos casos de intoxicação no Rio Grande do Sul durante o ano de 2013.

O estudo de Pitta et al. (2021) também evidenciou o uso excessivo do antiparasitário ivermectina (17,82%) e o antibiótico azitromicina (8,56%). Os números da pesquisa de Pitta (2021), também são semelhantes aos de Andrade et al. (2021), em que a ivermectina foi o fármaco mais utilizado pelos participantes durante a pandemia com 35,59%.

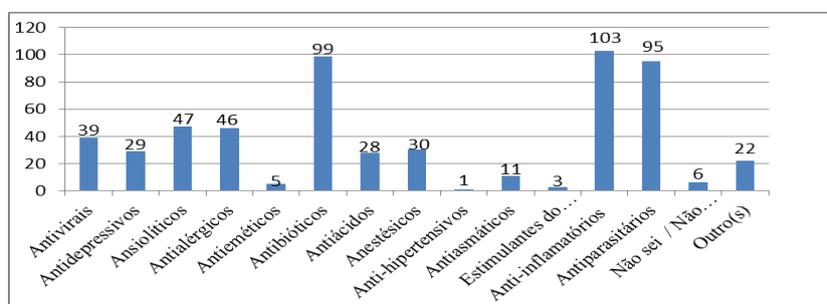
De forma geral, os valores apresentados nas duas pesquisas citadas e neste presente estudo podem estar relacionados com a ampla divulgação do “Tratamento Precoce” ou “Kit COVID” durante o início da pandemia, composto, principalmente, por Antiparasitários, Antibióticos, Vitaminas e Antimaláricos (cloroquina e hidroxicloroquina), medicamentos que até então não apresentam eficácia comprovada e satisfatória *in vivo* contra o SARS-CoV-2. Dessa forma, a disseminação de notícias falsas, assim como o apoio e a divulgação das mídias sociais, pode ter contribuído para o aumento do uso indiscriminado individual de fármacos sem evidências científicas contra a COVID-19 durante o período da pandemia (Ruiz-Garbajosa & Cantón, 2021) Os resultados referentes ao consumo por conta própria de antibióticos durante a pandemia também podem ser reforçados pelos dados obtidos no trabalho de Oliveira et al. (2021), que revelaram um aumento na taxa de consumo e dispensação de antibióticos no ano de 2020 (1.436 dispensações durante a pandemia) quando comparado a 2019 (700 dispensações antes da pandemia) em uma cidade interiorana de Minas Gerais. Teixeira et al. (2019) verificaram que 53,22% dos participantes da pesquisa que não eram profissionais da saúde se automedicam com antibióticos para tratar gripe, enquanto 20,97% utilizavam para amenizar a febre. Informações alarmantes, tendo em vista os riscos que o uso inadvertido de antibióticos pode ocasionar, impactando diretamente em projeções futuras sobre a resistência bacteriana, dificultando a eficácia no tratamento de diversas infecções.

Sabe-se que o uso desenfreado e irracional de antibióticos são fatores que contribuem para o surgimento de cepas multidroga-resistentes, principalmente no ambiente hospitalar e em comunidades onde não há um controle no uso desses medicamentos (Teixeira et al., 2019). Uma pesquisa realizada em Madrid, Espanha, por Ruiz-Garbajosa e Cantón (2021) mostrou que o aumento da prescrição de antibióticos de amplo espectro nos ambientes hospitalares durante a pandemia, bem como o não cumprimento do manejo e dos protocolos da antibioticoterapia, podem ter sido as principais causas do aumento de resistência bacteriana em pacientes internados com COVID-19.

Além das classes citadas anteriormente, os ansiolíticos foram a quarta maior classe medicamentosa utilizada no presente estudo, representando 8,3% dos medicamentos utilizados. Um fato curioso, tendo em vista que tais medicamentos estão inclusos na lista de medicamentos sujeitos a controle especial e, portanto, exigem prescrição médica no momento da compra (Brasil, 2004). Bem antes da pandemia, no estudo realizado por Fávero e Santiago (2017) foi revelado que 15,6% do total de participantes consumiram ansiolíticos sem o uso de prescrição médica ou de avaliação de algum profissional de saúde, revelando ser algo de certa forma presente anteriormente ao surgimento do SARS-CoV-2.

Durante a pandemia da COVID-19, o decreto de quarentena foi uma das principais medidas de contenção da disseminação do vírus. Todavia, apesar de extremamente necessária, sabe-se que a quarentena impactou o modo de vida e o bem-estar mental e social dos brasileiros (Piga et al., 2021). Barros et al. (2020) verificaram, em uma pesquisa sobre a saúde mental dos brasileiros no período da pandemia, que 40,4% dos participantes se sentiram tristes ou deprimidos, enquanto mais de 50% sentiram-se ansiosos ou nervosos. Esse fato pode contribuir para o aumento da procura e do uso por conta própria de ansiolíticos e antidepressivos, como consta a pesquisa do Consulta Remédios, na qual foi demonstrado um aumento de 113% na procura dessas classes medicamentosas em comparação ao ano anterior ao da pandemia.

**Figura 2** – Perfil medicamentoso dos usuários que se automedicaram durante o período da pandemia da COVID-19.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dos 241 participantes que se automedicaram na pandemia, 89 afirmam que se automedicaram com o(s) medicamento(s) mais de cinco vezes, demonstrando ser uma conduta comum entre eles. Esse valor representa 36,9% da população que se automedicou, resultado semelhante aos obtidos por Teixeira et al. (2019), onde 36,9% da população estudada no Grupo B (pessoas que não são da área da saúde) se automedicaram frequentemente. Ainda assim, nota-se uma carência de estudos quantitativos que demonstrem a frequência da prática de automedicação durante o período da pandemia.

Sessenta e quatro indivíduos (26,6%) se automedicaram de duas a cinco vezes, enquanto 49 não souberam responder à pergunta. Trinta e nove pessoas se automedicaram apenas 1 vez durante a pandemia com as classes medicamentosas assinaladas na questão anterior.

**Tabela 9** – Frequência de uso dos medicamentos utilizados pelos participantes durante o período da pandemia.

Pergunta	Números	Porcentagem (%)
<b>Quantas vezes você se automedicou com esse(s) medicamento(s) durante a pandemia?</b>		
Apenas uma vez	39	16,18
Duas a cinco vezes	64	26,55
Mais de cinco vezes	89	36,92
Não sei dizer	49	20,33

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quando questionados sobre o motivo, razão ou necessidade que levaram os participantes a se automedicar, comodidade e simplicidade foram os fatores determinantes na escolha de 87 participantes (30,52%). Todavia, 84 pessoas (29,47%) responderam que a recomendação de amigos, vizinhos e outros sobre o medicamento influenciaram na decisão. Trinta e sete indivíduos (12,89%) expressam que a demora ou alto custo em obter uma consulta ou orientação médica foi o principal motivo da automedicação, enquanto 31 (10,87%) afirmam que o medo de exposição ao vírus, ao ir aos serviços de saúde, foi o principal motivo. Vinte e quatro participantes (8,42%) apontam a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, já 18 (6,31%) indicam que a principal razão foi decorrente de divulgação de mídias sociais e propagandas. Apenas 4 pessoas (1,40%) marcaram a opção ‘outros’.

Os resultados encontrados estão de encontro com a pesquisa de Pitta et al. (2021), onde 30,17% das respostas foram referentes a automedicação a partir da indicação dos amigos e familiares. Ainda nesse mesmo estudo, foi constatado que as principais motivações que levaram o usuário a se automedicar foram: insegurança ao irem aos serviços de saúde durante a pandemia, insatisfação com a demora e baixa qualidade dos serviços de saúde e pesquisas em mídias digitais.

Santos et al. (2018) também mostraram que uma das principais razões que levaram os entrevistados a se automedicarem é o fato de existir um consumo individual prévio dos medicamentos (34,2%). Além disso, a recomendação por parte de amigos e familiares apresentou 24,4% dos motivos estudados no trabalho. Pode-se perceber, portanto, que a prática da automedicação pode ser uma conduta facilmente influenciada pelo convívio social dos indivíduos, bem como pela precariedade na qualidade dos serviços de saúde no país (Naves et al., 2010).

**Tabela 10** – Motivações da automedicação na população estudada.

Motivos ou Razões	Números	Porcentagem (%)
Outro	4	1,40
Através da divulgação de mídias sociais e propagandas	18	6,31
Dificuldade de acesso aos serviços de saúde	24	8,42
Por medo de exposição ao vírus ao ir aos serviços de saúde	31	10,87
Demora ou alto custo em obter uma consulta ou orientação médica	37	12,89
Recomendação de amigos, vizinhos ou outros acerca do medicamento	84	29,47
Comodidade / Simplicidade	87	30,52

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dos 241 participantes que se automedicaram na pandemia, 113 (46,88%) buscaram medicamentos por conta própria com o intuito de se prevenir contra a COVID-19. Isso significa que 128 entrevistados se automedicaram, mas que não tiveram como principal objetivo impedir a contaminação pelo novo coronavírus. Somando-se ao número de indivíduos que não se automedicaram na pandemia (119), tem-se um total de 247 participantes que não buscaram medicamentos como forma de prevenção ao SARS-CoV-2.

Os resultados são superiores aos apresentados na pesquisa de Pitta et al. (2021), onde apenas 20,2% da população estudada se automedicou com o intuito de se prevenir contra a COVID-19. O mesmo acontece em relação à pesquisa de Andrade et al. (2021), cuja porcentagem de uso de medicamentos como forma de prevenção ao vírus foi de 22,03%. Um fator que pode justificar essa diferença é o período específico de aplicação dos questionários e da coleta de dados de ambas as pesquisas. No caso do estudo de Pitta et al. (2021), a coleta de dados foi realizada ainda no ano de 2020, enquanto este presente estudo iniciou a coleta durante a segunda metade do ano de 2021.

De toda forma, com a elevação dos casos de infecção e de mortes pela COVID-19 ao longo dos anos indicados, pode-se considerar um aumento da busca de medicamentos com o intuito de prevenção contra o vírus por parte da população estudada quando a pesquisa foi realizada, isto é, segundo semestre de 2021. Outros fatores também podem influenciar nessa diferença dos resultados, como a quantidade de amostras analisadas e o local das pesquisas.

Ao chegar à terceira e última etapa do questionário, com perguntas mais subjetivas sobre o conhecimento dos entrevistados em relação aos riscos do uso irracional de medicamentos, foi visto que 236 participantes (65,6%) conhecem os riscos que o uso irracional pode ocasionar à saúde, contra 81 que afirmam não saber, representando 22,5% da população estudada. Quarenta e três (11,9%) pessoas dizem saber dos riscos, mas não possuem certeza sobre quais são eles.

Quando questionados sobre o que são efeitos adversos, os resultados obtidos são semelhantes aos anteriores: 101 dizem não saber (28,1%) enquanto 218 (60,6%) conhecem o termo. Quarenta e uma (11,4%) pessoas conhecem, mas não têm certeza. Andrade et al. (2021) demonstraram ter resultados semelhantes ao verificar que 47,46% da população estudada conhecia os efeitos adversos que as medicações poderiam provocar. Além disso, 197 pessoas afirmam não saber o que são interações medicamentosas e sua relação com a automedicação, representando 54,7% da população. Cento e vinte um

participantes (33,6%) dizem conhecer a relação existente entre os dois termos, enquanto 42 conhecem, mas não possuem certeza, representando 11,7% da população estudada.

Observa-se, portanto, que a população estudada apresenta certo conhecimento sobre os riscos que o uso incorreto de medicamentos pode ocasionar, contudo, ao adentrar em particularidades mais específicas, como a existência de interações medicamentosas e sua relação com a automedicação, a maioria dos entrevistados não possuem conhecimento sobre tal relação. Sabe-se que há interação medicamentosa maléfica quando dois ou mais medicamentos utilizados exercem influência uns sobre os outros, ocorrendo principalmente quando há o uso inadequado e intencional (Silva & Fontoura, 2014).

Todavia, é importante ressaltar que o modelo da pergunta presente no questionário pode ter aumentado a análise do conhecimento por sobressair apenas respostas objetivas (Sim ou Não) e, portanto, podendo não refletir da forma correta no nível de conhecimento da população sobre tais perguntas.

Assim, sabe-se que, a depender da classe medicamentosa e do tipo de interação, pode ocorrer um quadro de intoxicação potencialmente perigosa para o paciente. É importante ressaltar que a maioria desses casos ocorrem em indivíduos que não apresentam o conhecimento adequado sobre o uso nocivo de algumas substâncias, bem como os malefícios do seu uso inadequado e exacerbado (Gonçalves et al., 2017).

**Tabela 11** – Avaliação da conduta e dos conhecimentos da população estudada sobre os riscos relacionados ao uso irracional de medicamentos durante a pandemia.

Perguntas	Números	Porcentagem (%)
<b>Você buscou por conta própria algum medicamento para se prevenir contra a COVID-19? N = 241</b>		
Sim	113	46,88
Não	128	68,60
<b>Você conhece os riscos que o uso irracional de medicamentos pode provocar na sua saúde? N = 360</b>		
Sim	236	65,60
Não	81	22,50
Sim, mas não tenho certeza.	43	11,90
<b>Você sabe o que são efeitos adversos provocados pelos medicamentos? N = 360</b>		
Sim	218	60,60
Não	101	28,10
Sim, mas não tenho certeza.	41	11,40
<b>Você entende o que são interações medicamentosas e sua relação com o hábito da automedicação?</b>		
Sim	121	33,60
Não	197	54,70
Sim, mas não tenho certeza.	42	11,75

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Por fim, dos 241 automedicados durante a pandemia do SARS-CoV-2, 157 (65,14%) indicam que a pandemia exerceu certo impacto em sua automedicação. Número bastante superior aos resultados obtidos entre os entrevistados da pesquisa de Andrade et al. (2021), onde 20,34% relataram ter aumentado o hábito de se automedicar durante o período da pandemia.

Sendo assim, 94 indivíduos do grupo que se automedicou afirmam não haver influência da pandemia na sua relação com os medicamentos. Dessa forma, tem-se um total de 189 participantes (94 que se automedicaram + 119 que não tomaram medicamentos por conta própria no mesmo período) que afirmam que a pandemia não contribuiu com o hábito individual de se automedicar. Além disso, 14 indivíduos responderam que o surgimento do COVID-19 contribuiu para se automedicarem, porém não sabem explicar com clareza de que forma.

Neste presente estudo, 94 pessoas haviam informado que não possuíam o hábito de se automedicar antes da pandemia, sendo 46 mulheres (48,9%) e 48 homens (51,1%). Contudo, 52 destes passaram a se automedicar com o surgimento da pandemia, representando 55,31% desse grupo específico. Além disso, desses 52 indivíduos, 31 eram mulheres (59,61%) e 21 eram homens (40,38%). O estudo realizado por Leal et al. (2021) também comparou o impacto da COVID-19 em relação à automedicação antes e depois ao surgimento do vírus. No trabalho em questão, em relação ao grupo de mulheres, a porcentagem de uso por conta própria de medicamentos foi de 27,2% antes da pandemia para 51,8% durante o período da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2, um aumento consideravelmente alarmante. Em ambos os estudos, nota-se que há uma tendência do hábito de se automedicar estar mais presente no público feminino.

**Tabela 12** – Percepção dos entrevistados acerca da influência da pandemia do COVID-19 em relação à automedicação.

Pergunta	Números	Porcentagem (%)
<b>Em sua opinião, a pandemia contribuiu para sua automedicação?</b>		
<b>Grupo que se automedicou (N = 241):</b>		
Sim	157	65,14
Não	94	39,00
<b>Total de entrevistados (N = 360):</b>		
Sim	157	43,61
Não	189	52,5
Sim, mas não tenho certeza de que forma.	14	3,88

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

#### 4. Considerações Finais

Em suma, percebe-se que o uso irracional de medicamentos ainda é uma conduta presente na sociedade brasileira, em especial o hábito da automedicação, que se mostrou um fator de risco comum no cotidiano dos indivíduos durante o período da pandemia. A pandemia do SARS-CoV-2 desencadeou e reacendeu uma série de debates e discussão sobre variados assuntos na área da saúde. O impacto causado pelo período da pandemia na relação dos brasileiros com os medicamentos requer uma atenção minuciosa e especial em pesquisas relacionadas com tema. Vê-se, portanto, a necessidade de haver um desenvolvimento de pesquisas voltadas para o uso irracional de medicamentos na sociedade brasileira durante o período da pandemia.

Além disso, os achados do trabalho demonstram a necessidade de promover e estimular a educação em saúde à sociedade, principalmente em um momento tão atípico e incerto como o da pandemia da COVID-19, no que diz respeito aos riscos envolvendo o uso indiscriminado de medicamentos.

Por isso, em trabalhos futuros, sugerem-se diferentes análises e metodologias que consigam realçar e esclarecer os impactos que o novo Coronavírus causou na população, principalmente em locais onde se sabe que há ou houve um consumo

exacerbado de medicamentos por conta própria, facilitando uma intervenção que vise à racionalização do uso de medicamentos. É interessante ampliar o público alvo e identificar outras realidades acerca do assunto.

## Referências

- ANVISA. (2021). Informações Técnicas: ANVISA alerta para os riscos do uso indiscriminado de paracetamol. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. [http://antigo.anvisa.gov.br/informacoes-tecnicas13/-/asset\\_publisher/WvKKx2fhjM2/content/anvisa-alerta-para-os-riscos-do-uso-indiscriminado-de-paracetamol/33868?p\\_auth=ExcikhzS&inheritRedirect=false#:~:text=Resumo%3A,bula%2C%20para%20cada%20faixa%20et%20C3%A1ria](http://antigo.anvisa.gov.br/informacoes-tecnicas13/-/asset_publisher/WvKKx2fhjM2/content/anvisa-alerta-para-os-riscos-do-uso-indiscriminado-de-paracetamol/33868?p_auth=ExcikhzS&inheritRedirect=false#:~:text=Resumo%3A,bula%2C%20para%20cada%20faixa%20et%20C3%A1ria).
- Andrade, E. A., Vanessa, G. M. & Mariana, A. L. (2021). Perfil de uso de medicamentos e automedicação, em uma população universitária frente a pandemia da COVID-19. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, 7(7), 3772-84
- Barbosa, J. C. S. & Resende, F. A. (2018). Perfil do uso indiscriminado de medicamentos na cidade de Cordisburgo – MG. *Revista Brasileira de Ciências da Vida*. 6(2), 135-40.
- Barros, M. B. A., Lima, M. G., Malta, D. C., Szwarcwald, C. L., Azevedo, R. C. S., Romero, D., Souza, P. R. B. Jr., Azevedo, L. O., Machado, I. E., Damacena, G. N., Gomes, C. S., Werneck, A. O., Silva, D. R. P., Pina, M. F. & Gracie, R. (2020). Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* [online]. 29(4), 1-12.
- Bertoldi, A.D, Tavares, N. U. L., Hallal, P. C., Araújo, C. L. & Menezes, A. M. B. (2014). Automedicação em adolescentes de 18 anos: estudo de coorte de nascimentos de Pelotas (Brasil) em 1993. *Saúde J Adolescente*, Rio Grande do Sul. 55 (2), 175-181.
- Brasil. (2004). Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução N° 338, de 06 de maio de 2004. Brasília. [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338\\_06\\_05\\_2004.html#:~:text=III%20%2D%20a%20Assist%C3%A1ncia%20Farmac%C3%A1utica%20trata,e%20ao%20seu%20uso%20racional](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html#:~:text=III%20%2D%20a%20Assist%C3%A1ncia%20Farmac%C3%A1utica%20trata,e%20ao%20seu%20uso%20racional).
- Cassoni, T. C. J., Corona, L. P., Romano-Lieber, N. S., Secoli, S. R., Duarte, Y. A. O. & Lebrão, M. L. (2014). Uso de medicamentos potencialmente inapropriados por idosos do Município de São Paulo, Brasil: Estudo SABE. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 30(8), 1708-20.
- Ely, L. S., Engroff, P., Guiselli, S. R., Cardoso, G. C., Morrone, F. B. & Carli, G. A. (2015). Uso de anti-inflamatórios e analgésicos por uma população de idosos atendida na Estratégia Saúde da Família. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia* [online]. 18(3), 475-485.
- Estrela, C. (2018). Metodologia Científica: Ciência, Ensino, Pesquisa. Editora Artes Médicas.
- Farias, A., Lima, K. C., Oliveira, Y. M. C., Leal, A. A. F., Martins, R. R. & Freitas, C. H. S. M. (2021). Prescrição de medicamentos potencialmente inapropriados para idosos: um estudo na Atenção Primária à Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 26(5), 1781-1792.
- Ferreira Júnior, E. & Almária, M. B. (2018). Atenção farmacêutica a idosos portadores de doenças crônicas no âmbito da atenção primária à saúde. *Infarma - Ciências Farmacêuticas*, 30(2), 95-101.
- Fávero, V., Sato, M. & Santiago, R. (2018). Uso de ansiolíticos: abuso ou necessidade? *Visão Acadêmica*, 18(4), 98-106.
- Gonçalves, C. A., Gonçalves, C. A., Dos Santos, V. A. dos S. A., Sarturi, L., & Terra Júnior, A. T. (2017). Intoxicação medicamentosa: relacionada ao uso indiscriminado de medicamentos. *Revista Científica Da Faculdade De Educação E Meio Ambiente*, 8(1), 135-143.
- Leal, W. S., Melo, D. N. A., Silva, F. C. S., Nazaré, K. A., Rodrigues, B. T. F., Fernandes, E. L., Araújo, M. E. da S., Martins, J. L., & Freitas, L. M. A. de . (2021). Análise da automedicação durante a pandemia do novo coronavírus: um olhar sobre a azitromicina. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 7(8), 580-592.
- Lima, C. C., Benjamin, S. C. C. & Dos Santos, R. F. S. (2017). Mecanismo de resistência bacteriana frente aos fármacos: uma revisão. *Revista Cuidar Enfermagem*. 11(1), 105-113.
- Malta, D. C., Gomes, C. S., da Silva, A. G., Cardoso, L. S. M., Barros, M. B. A., Lima, M. G., Souza, P. R. B. Jr. & Szwarcwald, C. L. (2020). Uso dos serviços de saúde e adesão ao distanciamento social por adultos com doenças crônicas na pandemia de COVID-19. Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 26 (07), 2833-2842.
- Matos, J. F., Pena, D. A. C., Parreira, M. P., dos Santos, T. C. & Coura-Vital, T. (2018). Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. *Cad. Saúde Colet*. Rio de Janeiro. 26(1), 76-83.
- Melo, R. C. & Pauferro, M. R. V. (2020). Educação em saúde para a promoção do uso racional de medicamentos e as contribuições do farmacêutico neste contexto. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, 6(5), 32162-32173.
- Menezes, C. R., Sanches, C. & Chequer, F. M. D. (2020). Efetividade e toxicidade da cloroquina e da hidroxicloroquina associada (ou não) à azitromicina para tratamento da COVID-19. O que sabemos até o momento? *J. Health Biol Sci*, 8(1), 1-9.
- Naves, J. O. S., de Castro, L. L. C., de Carvalho, C. M. S. & Merchán-Hamann, E. (2010). Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(1), 1751-1762.
- Noronha, J. I., Giardini, I. J. M., Pasotti, D. V. & Teixeira, C. M. P. P. (2021). Análise da prevalência da automedicação com anti-inflamatórios não esteroidais em uma drogaria de espírito santo do pinhal – sp. *Revista Faucldades do Saber*, 6(13), 814-822.
- Nunes, C. R. M., Alencar, G. O., Bezerra, C. A., Barreto, M., F. & Machado, E. (2017). Panorama das intoxicações por medicamento no Brasil. *Revista e-ciência*, 5(2), 98-103.

- Oliveira, L. J., Silva, K. S. & Gonçalves, A. C. S. (2021). Aumento do uso de antibióticos durante a pandemia de covid-19 em cidade no interior de minas gerais. *Ecima21 - revista científica multidisciplinar*, 2(8), 1-11.
- Oliveira, S. B. V., Barroso, S. C. C., Bicalho, M. A. C. & Reis, A. M. M. (2018). Perfil de medicamentos utilizados por automedicação por idosos atendidos em centro de referência. *Einstein* (São Paulo), 16 (4), 1-7.
- Pereira A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free e-book]. Santa Maria/RS. Ed. UAB/NTE/UFSM.
- Piga, B. M. F., Shima, V. T. B. & Romanichen, F. M. D. F. (2021). Análise das prescrições de ansiolíticos e antidepressivos antes e durante a pandemia da covid-19. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, 7(11), 107178-93.
- Pitta, M. G. da R., Lima, L. P. de, Carvalho, J. S. de, Teixeira, D. R. C., Nunes, T. R de S., Moura, J. A. da S., Viana, D. C. F., & Pitta, I. da R. (2021). Analysis of the self-medication profile in COVID-19 pandemic in Brazil. *Research, Society and Development*, 10(11), 1-14.
- Romano-lieber, N. S., Corona, L. P., Marques, L. F. G. & Scoli, S. R. (2019). Sobrevida de idosos e exposição à polifarmácia no município de São Paulo: Estudo SABE. *Revista Brasileira de Epidemiologia* [online]. 21(2), 1-11.
- Ruiz-garrajosa, P. & cantón, R. (2021). COVID-19: Impact on prescribing and antimicrobial resistance. *Rev Esp Quimioter*, 34(1), 63-68.
- Santos, A. N. M. N., Nogueira, D. R. C. N. & Borja-Oliveira, C. R. (2018). Self-medication among participants of an Open University of the Third Age and associated factors. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. 21(4), 419-427.
- Santos, K. P., Costa, M. C. M., Rios, M. C. & Rios, P. S. de S. (2014). Adesão a farmacoterapia em pacientes cadastrados no hiperdia em uma unidade básica de saúde em aracaju, se. *Infarma - Ciências Farmacêuticas*, 26(4), 233-239.
- Santos, L. G., Baggio, J. A. O., Leal, T. C., Costa, F. A., Fernandes, T. R. M. O., Silva, R. V., Armstrong, A., Carmo, R. F. & Souza, C. D. F. (2021). Prevalência de Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus em Indivíduos com COVID-19: Um Estudo Retrospectivo em Pernambuco, Brasil. *Arg. Bras. Cardiol.*, 117(2), 416-422.
- Sato, T. O., Ferminiano, N. T. C., Bastião, M. V., Moccellini, A. S., Driusso, P. & Mascarenhas, S. H. Z. (2017). Doenças Crônicas não Transmissíveis em Usuários de Unidades de Saúde da Família - Prevalência, Perfil Demográfico, Utilização de Serviços de Saúde e Necessidades Clínicas. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*. 21(1), 35-42.
- Secoli, S. R. (2010). Polifarmácia: interações e reações adversas no uso de medicamentos por idosos. *Rev Bras Enferm*, 63(1), 136-40.
- Silva, J. C. S., de Souza, F. C. R. & Aoyama, E. A. (2021). A incidência do uso indiscriminado de medicamentos. *ReBIS*. 2(1), 95-9.
- Silva, L. C. C. & Araújo, J. L. (2020). Atuação do Farmacêutico clínico e comunitário frente a pandemia da COVID-19. *Research, Society and Development*, Brasília, 9(7), 1-10.
- Silva, Y. A. & Fontoura, R. (2014). Principais Consequências da Automedicação em Idosos. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*. 3(1), 75-82.
- Stefano, I. A. C., Conterno, L. O., Filho, C. R. S. & Marin, M. J. S. (2017). Uso de medicamentos por idosos: análise da prescrição, dispensação e utilização num município de porte médio do estado de São Paulo. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol*, 20(5), 681-692.
- Teixeira, B. C., Campos, L. S. & Casalini, C. E. C. (2019). Perfil da automedicação em estudantes de ensino superior: impacto na resistência bacteriana. *Revista Saúde Integrada*. 12(24), 67-78.
- Vosgerau, M. Z. S., Soares, D. A., de Souza, R. K. T., Matsuo, T. & Carvalho, G. S. (2011). Consumo de medicamentos entre adultos na área de abrangência de uma Unidade de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*. 16(1), 1629-1638.
- World Health Organization. (1998). The Role of the pharmacist in self-care and self-medication: report of the 4th WHO Consultative Group on the Role of the Pharmacist, The Hague, The Netherlands, 26-28 August 1998. Geneva.